

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Direito e Processo Penal Econômico-Empresarial e o Papel dos Compliance Programs

Semestre: 2019/1

Carga horária: 30h Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112157

Professor: Francis Rafael Beck

EMENTA

A intervenção Penal do Estado na regulação da atividade empresarial. A expansão do Direito Penal diante da sociedade globalizada. As condutas delitivas decorrentes de atividade econômicas e empresariais, seus reflexos na sociedade e no mercado. Os critérios para delimitação do risco na atividade empresarial. Os reflexos das normativas penais internacionais e sua repercussão no Direito Penal brasileiro. Investigação Criminal e Medidas Cautelares Pessoais e Patrimoniais no Direito Penal Econômico-Empresarial. Atos de investigação, atos de prova e a intimidade no processo penal econômico-empresarial. *Criminal Compliance*, gestão do risco pessoal e patrimonial, medidas assecuratórias e confisco. Direito premial e colaboração premiada. O *nemo tenetur se detegere*, a proporcionalidade, prova ilícita, *inevitable discovery*, *independent source* e os limites processuais e constitucionais do agir estatal no processo penal econômico e empresarial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O Direito Penal contemporâneo – globalização, sociedade do risco e expansão do direito penal.
- Direito Penal Econômico e *white-collar crime*.
- Lei 8.137/1990 – Crimes contra a ordem tributária.
- Crimes contra a ordem previdenciária.
- Contrabando e descaminho.
- Lei 9.613/1998 – Crimes de lavagem de dinheiro
- Lei 8.137/1990 – Crimes contra a ordem econômica.

- Lei 7.492/1986 – Crimes contra o sistema financeiro nacional.
- Corrupção.
- Lei 12.850/2013 – Organizações criminosas.
- Investigação e processo penal no Direito Penal Econômico-Empresarial.
- Cooperação jurídica internacional.
- Acordo de leniência e colaboração premiada.
- *Compliance programs e criminal compliance.*

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada mediante participação em seminários, bem como elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. **Crimes federais**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

COIMBRA, Marcelo de Aguiar; MANZI, Vanessa Alessi (org.). **Manual de compliance: preservando a boa governança e a integridade das organizações**. São Paulo: Atlas, 2010.

COSTA, José de Faria (coord.). **Temas de direito penal econômico**. Coimbra: Coimbra, 2005.

KUHLEN, Lothar; MONTIEL, Juan Pablo; GIMENO, Íñigo Ortiz de Urbina (ed.). **Compliance y teoría del derecho penal**. Madri: Marcial Pons, 2013.

SALGADO, Daniel de Resende; QUEIROZ, Ronaldo Pinheiro (org.). **A prova no enfrentamento à macrocriminalidade**. Salvador: Juspodivm, 2015.

SCHMIDT, Andrei Zenkner. **Direito penal econômico: parte geral**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. **A expansão do direito penal: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

TIEDEMANN, Klaus. **Derecho penal económico: introducción y parte general**. Lima: Grijley, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALLER, Germán. **Criminalidad del poder económico: ciência y práxis**. Montevideo: B de F, 2011.

BOTTINO, Thiago; MALAN, Diogo. (coord.). **Direito penal e economia**. Rio de Janeiro: Elsevier: FGV, 2012.

CALLEGARI, André Luís; WEBER, Ariel Barazzetti. **Lavagem de dinheiro**. São Paulo: Atlas, 2014.

CAVERO, Percy García. **Criminal compliance**. Lima: Palestra, 2014.

CERVINI SÁNCHEZ, Raúl; ADRIASOLA, Gabriel. **Responsabilidade penal dos profissionais jurídicos**: os limites entre a prática jurídico-notarial lícita e a participação criminal. São Paulo: Thomson Reuters: Revista dos Tribunais, 2013.

DE CARLI, Carla Veríssimo (org.). **Lavagem de dinheiro**: prevenção e controle penal. 2. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2013.

DÍEZ RIPOLLÉS, José Luis. **La política criminal en la encrucijada**. Montevideo: B de F, 2007.

GÓMEZ-JARA DÍEZ, Carlos. **A responsabilidade penal da pessoa jurídica**: teoria do crime para pessoas jurídicas. São Paulo: Atlas, 2015.

MANN, Kenneth. **Defending white collar crime**: a portrait of attorneys at work. New Haven: Yale University Press, 1985.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. **Libertad económica o fraudes punibles**: riesgos penalmente relevantes e irrelevantes en la actividad económico-empresarial. Madrid: Marcial Pons, 2003.

SUTHERLAND, Edwin H. **El delito de cuello blanco**. Madrid: La Piqueta, 1999.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Contratos

Semestre: 2019/1

Carga horária: 30h - Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112150

Professor: Fabiano Koff Coulon

EMENTA

Estudo do instituto jurídico “contrato” mediante a análise dos pressupostos teóricos que o fundamentam. Princípios incidentes em matéria contratual; sua formação e responsabilidade pré-contratual. Principais espécies contratuais. Disciplina dos contratos e sua repercussão econômica (análise econômica do contrato). Conexidade e catividade contratual. Contratos de consumo, empresariais e internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Formalismo e funcionalismo no direito dos contratos.
- Análise econômica dos contratos: assimetria de informações, risco moral (*moral hazard*), seleção adversa (*adverse selection*) e sinalização.
- Princípios de direito obrigacional/contratual: autonomia privada, boa-fé objetiva, equilíbrio e função social.
- Formação dos contratos.
- Interpretação dos contratos civis, empresariais, de consumo e internacionais.
- Responsabilidade civil e contratos.
- Tipicidade, atipicidade e espécies contratuais.

PLANO DE ENSINO

Aula 01: Apresentação da atividade acadêmica e divisão dos trabalhos.

Introdução: formalismo e funcionalismo no direito dos contratos. Leitura obrigatória:

<http://duncankennedy.net/documents/Legal%20Formalism.pdf>

Aula 02: Análise Econômica do Direito Contratual: Teorema de Coase e Custos de Transação - Introdução. Leitura obrigatória:

http://lib.cufe.edu.cn/upload_files/other/4_20140515034803_1%20Coase,%20R.H.%EF%BC%881937%EF%BC%89%20The%20Nature%20of%20the%20Firm.pdf

Aula 03: Análise Econômica do Direito Contratual: Assimetria Informacional, em especial Risco Moral e Seleção Adversa. Leitura obrigatória:

https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com.br/&httpsredir=1&article=1036&context=law_and_economics

Aula 04: Análise Econômica do Direito Contratual: Governança Contratual e *Hold Up*. Leitura obrigatória:

http://masonlec.org/site/rte_uploads/files/Klein%20class%203%20required.pdf

Aula 05: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Incompletude e a Problemática do Contrato no Tempo. Leitura obrigatória:

<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/67626/70236>

Aula 06: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Especificidades dos Contratos Empresariais. Leitura obrigatória:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/183681/mod_resource/content/1/FORGIONI%20C%20Paula%20-%20Teoria%20Geral%20dos%20Contratos%20Empresariais%20-%20P.%202023-54.pdf

Aula 07: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Princípios do Direito Contratual e os Projetos de Código Comercial. Leitura obrigatória:

[https://sigarra.up.pt/fdup/pt/web_gessi_docs.download_file?p_name=F730794107/A.11%20\(2014\)%20p.387-395.pdf](https://sigarra.up.pt/fdup/pt/web_gessi_docs.download_file?p_name=F730794107/A.11%20(2014)%20p.387-395.pdf)

Aula 08: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Redes de Contratos.

Leitura obrigatória: <http://www.seer.ufrgs.br/revfacdir/article/view/70573>

Aula 09: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Contratos de Consumo, Assimetria Informacional e Economia Comportamental.

Leitura obrigatória: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2296015

Aula 10: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Contrato e Novas Tecnologias: *Blockchain* e *Smart Contracts*. Leitura obrigatória:

https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3090226

Encerramento dos encontros da atividade acadêmica.

AValiação

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais.

As notas conferidas na atividade observarão a seguinte composição: 1. participação qualificada nos encontros, o que requer frequência, engajamento efetivo nas discussões e apresentação oral de leituras prévias efetivadas sobre os temas dos seminários (10% da nota final); 2. participação efetiva na apresentação do respectivo seminário temático (40% da nota final); 3. entrega pontual e qualidade do artigo final (50% da nota final).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, Fernando. **Teoria económica do contrato**. Coimbra: Almedina, 2007.

CATALAN, Marcos Jorge *et al.* **Direito dos contratos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

COASE, Ronald H. **The firm, the market and the law**. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

FORGIONI, Paula A. **Teoria geral dos contratos empresariais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

ROPPO, Enzo. **O contrato**. Coimbra: Almedina, 2009.

SILVA, Clóvis Verissimo do Couto e. **A obrigação como processo**. São Paulo: J. Bushatsky, 1976.

TIMM, Luciano Benetti (org.). **Direito e economia no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2012.

TIMM, Luciano Benetti. **Direito contratual brasileiro**: críticas e alternativas ao solidarismo jurídico. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

WEINRIB, Ernest J. **The idea of private law**. Cambridge: Harvard University press, 1995.

WILLIAMSON, Oliver E. **The economic institutions of capitalism**: firms, markets, relational contracting. New York: Free Press; London: Collier Macmillan, c1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. **Extinção dos contratos por incumprimento do devedor**: resolução. 2. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Aide, 2003.

AMARAL NETO, Francisco dos Santos. **A autonomia privada como princípio fundamental da ordem jurídica**: perspectivas estrutural e funcional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. v. 2: Doutrinas essenciais de direito civil.

BRANCO, Gerson Luiz Carlos. **Função social dos contratos**: interpretação à luz do código civil. São Paulo: Saraiva, 2009.

DRESCH, Rafael de Freitas Valle. **Fundamentos do direito privado**: uma teoria da justiça e da dignidade humana. São Paulo: Atlas, 2013.

FORGIONI, Paula A. Integração dos contratos empresariais: lacunas, atuação dos julgadores, boa-fé e seus limites. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, v. 45, p. 229-244, abr./jun. 2015.

FURUBOTN, Erik G.; RICHTER, Rudolf. **Institutions & economic theory**: the contribution of the new institutional economics. 2nd ed. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2005.

GORDLEY, James. **Foundations of private law**: property, tort, contract, unjust enrichment. New York: Oxford University Press, 2006.

HAYEK, Friedrich A. **Individualism and economic order**. Chicago: University of Chicago Press, 1948.

JENSEN, Michael. **Foundations of organizational strategy**. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. **Contratos relacionais e defesa do consumidor**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MARQUES, Claudia Lima. **Contratos no código de defesa do consumidor**: o novo regime das relações contratuais. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado**: sistema e tópica no processo obrigacional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

NEGREIROS, Teresa. **Teoria do contrato**: novos paradigmas. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

RODRIGUEZ, José Rodrigo; SALAMA, Bruno Meyerhof. **Para que serve o direito contratual?**: direito, sociedade e economia. São Paulo: Direito GV, 2014.

SILVA, Luis Renato Ferreira da. **Reciprocidade e contrato**: a teoria da causa e sua aplicação nos contratos e nas relações "paracontratuais". Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Tópicos Especiais I - Contratos Internacionais

Ano/Semestre: 2019/1

Carga horária: 15 horas - Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112169_T02

Professora: Dra. Luciane Klein Vieira

EMENTA

Teoria geral dos contratos internacionais. As principais cláusulas contratuais. Os contratos internacionais no Direito Internacional Privado brasileiro. A harmonização legislativa em matéria contratual na União Europeia e no Mercosul. O *Soft Law* e as regras da Câmara de Comércio Internacional, com especial ênfase aos INCOTERMS. Os Princípios UNIDROIT e os Princípios de Haia em matéria de contratos comerciais internacionais. A Convenção de Viena de 1980 sobre compra e venda internacional de mercadorias.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I - Teoria Geral dos Contratos Internacionais

- 1.1. Noção de contrato internacional. O princípio *pacta sunt servanda*.
- 1.2. Contratos entre presentes e entre ausentes. Os contratos internacionais celebrados por meios eletrônicos.
- 1.3. O princípio da autonomia da vontade das partes para a escolha do foro e da lei aplicável. Dificuldades e tendências no Brasil e no direito comparado. As possibilidades trazidas pela arbitragem internacional.
- 1.4. A lei aplicável ao contrato internacional em ausência de eleição. As regras vigentes no direito brasileiro.
- 1.5. Os limites à aplicação da lei estrangeira: fraude e ordem pública.

II - Os Contratos Internacionais nos Espaços Integrados

- 2.1. A harmonização de legislações.
- 2.2. As regras adotadas na União Europeia.

2.2.1. A jurisdição internacional: Convênio de Bruxelas de 1968, Regulamento (CE) nº 44/2001 e Regulamento (UE) nº 1215/2012.

2.2.2. A lei aplicável ao contrato internacional: Convenção de Roma de 1980 e Regulamento (CE) nº 593/2008.

2.3. As regras adotadas no Mercosul.

2.3.1. O Protocolo de Buenos Aires sobre jurisdição em matéria contratual.

2.3.2. O direito interno dos Estados Mercosurenhos e os contratos internacionais. Regras vinculadas à lei aplicável e à jurisdição internacional.

III - Os Contratos Comerciais Internacionais: o *soft law* e a uniformização das regras aplicáveis ao comércio exterior

3.1. O *soft law* e o *hard law*.

3.2. O papel da Câmara do Comércio Internacional no desenvolvimento do comércio exterior. Os INCOTERMS e a regulação dos contratos internacionais.

3.3. Os Princípios UNIDROIT e os Princípios de Haia em matéria de contratos comerciais internacionais.

3.4. As principais cláusulas nos contratos internacionais.

3.5. A aplicação da *lex mercatoria* pelos tribunais judiciais e arbitrais brasileiros.

3.6. A aplicação da *lex mercatoria* pelos tribunais dos Estados do Mercosul.

3.7. As convenções internacionais e a uniformização das regras do comércio internacional.

3.7.1. A Convenção de Viena de 1980 sobre compra e venda internacional de mercadorias. Obrigações do vendedor e do comprador. A liberdade para a escolha do direito aplicável ao contrato.

AVALIAÇÃO

- Estudo de casos práticos.
- Análise de contratos internacionais e redação de cláusulas contratuais.
- Análise de legislação, doutrina e jurisprudência nacional e estrangeira.
- *Contrato internacional* que será entregue ao final da disciplina.

Critérios de avaliação:

- *Contrato internacional*: 70%;
- Apresentação de trabalho em aula: 30%.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBORNOZ, María Mercedes. El derecho aplicable a los contratos internacionales en los Estados del MERCOSUR. **Boletín Mexicano de Derecho Comparado**, [s. l.], v. 42, n. 125, May/Ago. 2009.

AMARAL JÚNIOR, Alberto do; VIEIRA, Luciane Klein (coords.). **El derecho internacional privado y sus desafíos en la actualidad**. Bogotá: Editorial Ibáñez, 2016.

ARAUJO, Nadia de. **Contratos internacionais**: autonomia da vontade, Mercosul e convenções internacionais. 4. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

CRETELLA NETO, José. **Contratos internacionais do comércio**. 2. ed. Osasco: Letz TMCP, 2016.

DOLINGER, Jacob. **Direito internacional privado**: direito civil internacional, contratos e obrigações no direito internacional privado. Rio de Janeiro: Renovar, 2007. v. 2: Parte especial.

GOICOECHEA, Ignacio. Los instrumentos de la Conferencia de La Haya de Derecho Internacional Privado que facilitan el desarrollo de los negocios internacionales y las inversiones. **Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión**, [s. l.], n. 5, Mar. 2015. Disponível em: <http://revistastpr.com/index.php/rstpr/article/view/131>. Acesso em: 01 nov. 2019.

MORENO RODRÍGUEZ, José Antonio. Nueva ley paraguaya de contratos internacionales: ¿regreso al pasado? *In*: José Antonio Moreno Rodríguez. **Temas actuales del derecho bancario y societario**. Asunción: Intercontinental, 2015. p. 121 – 202.

OFICINA PERMANENTE DE LA CONFERENCIA DE LA HAYA. Elección de la ley aplicable a los contratos del comercio internacional: ¿principios de la haya?. *In*: BASEDOW, Jürgen; FERNÁNDEZ ARROYO, Diego P.; MORENO RODRÍGUEZ, José A. (coords.). **¿Cómo se codifica hoy el derecho comercial internacional?**. Asunción: CEDEP: Thomson Reuters, c2010. p. 341-363.

VENOSA, Silvio de Salvo; GAGLIARDI, Rafael Villar; TERASHIMA, Eduardo Ono (org.). **A convenção de Viena sobre contratos de compra e venda internacional de mercadorias**: desafios e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2015.

VIEIRA, Luciane Klein. La autonomía de la voluntad de las partes en los contratos internacionales: breves comentarios sobre el derecho argentino y brasileño. **Revista de Direito da Empresa e dos Negócios**, São Leopoldo, v. 1, n. 2, p. 54-74, jul./dez. 2017.

Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/rden/article/view/15730>. Acesso em: 04 nov. 2019.

VIEIRA, Luciane Klein; FERNANDES, Matheus Lúcio Pires. Os acordos de eleição de foro nos contratos internacionais: perspectivas a partir da entrada em vigor do novo código de processo civil brasileiro. **Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión**, [s. l.], v. 5, n. 9, p. 224-243, marzo 2017. Disponível em: <http://revistastpr.com/index.php/rstpr/article/view/209/339>. Acesso em: 04 nov. 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, Guilherme Freire de Melo; BARROS, Marcelle Franco Espíndola. Aplicação dos Princípios UNIDROIT no plano Brasil maior: o suprimento de uma lacuna na política brasileira de desenvolvimento econômico. **Revista de Direito Internacional – Brazilian Journal of International Law**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 162-177, 2014. Disponível em: <https://publicacoes.uniceub.br/rdi/article/view/2759/pdf>. Acesso em: 04 nov. 2019.

ESPLUGUES MOTA, Carlos; HARGAIN, Daniel; PALAO MORENO, Guillermo (ed.). **Derecho de los contratos internacionales en Latinoamérica, Portugal y España**. Buenos Aires: B de F, 2008.

FRESNEDO DE AGUIRRE, Cecilia. De la conveniencia práctica de tener en cuenta los “principios de unidroit sobre los contratos comerciales internacionales” en el ámbito jurídico uruguayo. **La Justicia Uruguaya**, [s. l.], v. 74, t. 147, p. 47-61, marzo 2013. Disponível em: <http://www.asadip.org/v2/wp-content/uploads/2013/12/CECILIA-ABRIL-De-la-conveniencia-practica-de-tener-en-cuenta-los-Principios-de-UNIDROIT-sobre-los-Contratos-Comerciales-Internacionales-en-el-ambito-juridico-uruguayo.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2014.

GAMA JUNIOR, Lauro. **Contratos internacionais à luz dos princípios do UNIDROIT 2004**: soft law, arbitragem e jurisdição. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

GIMÉNEZ CORTE, Cristián. **Usos comerciales, costumbre jurídica y nueva “lex mercatoria” en América Latina**: con especial referencia al Mercosur. Buenos Aires: Ábaco de R. Depalma, [2010].

MIHALI-BITTENCOURT, Gabriel. Ley aplicable a los contratos internacionales en Uruguay. In: VIEIRA, Yacyr de Aguilar (org.). **Estudios de direito comparado e de direito internacional privado**. Curitiba: Juruá, 2011. t. 1, t. 2.

MORENO RODRÍGUEZ, José Antonio. **Derecho aplicable y arbitraje internacional**. Asunción: CEDEP/Intercontinental Editora, 2013.

PISANO, Beatriz. La autonomía de la voluntad en el derecho internacional privado paraguayo. **Revista Jurídica La Ley Paraguaya**, [s. l.], v. 11. n.1, p. 01 - 17, Feb. 2010. Disponível em: <https://cedep.files.wordpress.com/2009/02/autonomia-de-la-voluntad-en-el-dipr-paraguayo.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2019.

SAMTLEBEN, Jürgen. Teixeira de Freitas e a autonomia das partes no direito internacional privado latino-americano. **Revista de Informação Legislativa**, [s. l.], n. 85, jan./mar. 1985.

SCOTTI, Luciana B. **Contratos eletrônicos**: un estudio desde el derecho internacional privado argentino. Buenos Aires: Eudeba, 2012.

VIEIRA, Luciane Klein. La autonomía de la voluntad en los contratos internacionales celebrados entre partes con igual poder de negociación: su recepción en el derecho interno actual de los estados mercosureños. **Derecho Comercial y de las Obligaciones**: Revista de Doctrina, Jurisprudencia, Legislación y Práctica, Argentina, n. 279, p. 185-219, jul./agosto 2016.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Tópicos Especiais II – Direito e Startups

Semestre: 2019/1

Carga horária: 30h - Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112170_T03

Professor: Ederson Garin Porto

EMENTA

A compreensão da Inovação como fator de crescimento econômico e o papel desempenhado pelas startups neste cenário, bem como compreender como o direito pode desempenhar um papel importante nesta nova economia. Os instrumentos societários utilizados por empreendedores que decidem por criar startups, quer seja através de uma sociedade formalmente constituída ou por uma sociedade em comum. Aspectos fiscais de novos negócios e suas inovações. Etapas do financiamento de startups e os tipos de financiamento que os empreendedores podem encontrar. Discutir outros pontos relevantes em que o direito se relaciona com as startups.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 01: Abertura da disciplina. Inovação e Startups.

Texto inicial: RIES, Eric. **A Startup Enxuta**. São Paulo: Leya, 2011.

Aula 02: Arranjos Societários em Startups. Acordos pré-operacionais. Contrato Social e Acordo de Sócios.

Texto inicial: Nybo, Erik Fontenele. Memorando de Entendimentos para Pré-Constituição de Startups. In: Júdice, Lucas Pimenta; Nybo, Erik Fontenele. **Direito das Startups**. Curitiba: Juruá, 2016.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. **A Sociedade em Comum**. São Paulo: Malheiros, 2013.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. ADAMEK, Marcelo Vieira von . Affectio societatis: um conceito jurídico superado no moderno direito societário pelo conceito de fim social. **Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro**, v. 149-150, p. 108-130, 2008.

Aula 03: Governança Corporativa em Startups;

Remuneração e Bonificação de Gestores – *Stock Options e Vesting*;

Texto inicial: SILVA, Layon Lopes. Governança Corporativa para Startups. In: JÚDICE, Lucas Pimenta; NYBO, Erik Fontenele. **Direito das Startups**. Curitiba: Juruá, 2016.
ADAMEK, Marcelo von. Abuso de minoria em direito societário. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

ATASANOV, V.; BLACK, B.; CICCOTELLO, C. Law and tunneling. *Journal of Corporation Law*, v. 37, 2011.

CAMARGOS, M. A.; BARBOSA, F. V. A adoção de práticas diferenciadas de Governança Corporativa beneficia o acionista e aumenta a liquidez acionária? Evidências empíricas do mercado brasileiro. *Revista de Gestão*, v. 17, n. 2, art. 5, p. 189-208, 2010.

LARRATE, Marco. Governança Corporativa e Remuneração dos Gestores. 1.ed. Atlas. São Paulo, SP, 2013.

Aula 04: Investimentos em Startup

Texto Inicial: FELD, Brad e MENDELSON, Jason. *Venture Deals: Be Smarter Than Your Lawyer and Venture Capitalist*. 3 ed. Nova Jersey: Willey, 2016.

COELHO, Giulliano Tozzi; GARRIDO, Luiz Gustavo. Dissecando o Contrato com Investidor-Anjo. In: JÚDICE, Lucas Pimenta; NYBO, Erik Fontenele. **Direito das Startups**. Curitiba: Juruá, 2016. p. 115-130.

SCALZILLI, João Pedro; SPINELLI, Luis Felipe; TELLECHEA, Rodrigo. Sociedade em Conta de Participação: aplicações práticas e diferentes formatações. IN: BOTREL, Sérgio; BARBOSA, Henrique. **Finanças Coporativas: aspectos jurídicos e estratégicos**. São Paulo: Altas, 2016. p 617-637.

SILVA, Layon Lopes. Debêntures. O que são, sua regulamentação e utilização por Sociedades Limitadas. In: JÚDICE, Lucas Pimenta; NYBO, Erik Fontenele. **Direito das Startups**. Curitiba: Juruá, 2016.

Aula 05: Aspectos Tributários em Startups

Texto inicial: PRADO, Roberta Nioac; PEIXOTO, Daniel Monteiro e DE SANTI, Eurico Marcos Diniz. Direito societário: estratégias societárias, planejamento tributário e sucessório. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Aula 06: Influência da Tecnologia nos Contratos envolvendo Startups

Acordo de Confidencialidade Termos de Uso; Política de Privacidade e Marco Civil da Internet; Contratos Eletrônicos.

Texto inicial: BACELO, Ana Paula Terra. Arquitetura de Software: conceitos e tendências. Jornada Acadêmica – FACIN PUCRS. 2010

ABRANTES, Antonio Carlos de Souza. A patenteabilidade de algoritmos e do Programa de computador em si. Revista da ABPI- Associação Brasileira da Propriedade Intelectual. Rio de Janeiro. v.135, p. 6-21. Mar/Abr 2015.

Aula 07: Propriedade Intelectual & Startup

Texto inicial: ABRANTES, Antonio Carlos de Souza. A patenteabilidade de algoritmos e do programa de computador em si. Revista da ABPI- Associação Brasileira da Propriedade Intelectual. Rio de Janeiro. v.135, p. 6-21. Mar/Abr 2015.

Aula 08: Blockchain e Smartcontracts

Texto inicial: PILKINGTON, M. Blockchain Technology: principles and applications. Research Handbook on Digital Transformations, 18, 2015. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2662660>.

Aula 09: Startup e Regulação

Texto inicial: ARAÚJO, D. B. S. G. Mercado de capitais: definição, funções, objetivos e histórica da regulação brasileira. In: _____. Regulação brasileira do mercado de capitais. São Paulo: Saraiva, 2015.

BAPTISTA, Patrícia; KELLER, Clara Iglesias. Por que, quanto e até onde regular as novas tecnologias? Entre inovação e preservação, os desafios trazidos pelas inovações disruptivas. In: FREITAS, Rafael Veras de; RIBEIRO, Leonardo Coelho; FREIGELSON,

SATHLER, Marina Rosa. Os desafios do equity crowdfunding. In: FREITAS, Rafael Veras de; RIBEIRO, Leonardo Coelho; FREIGELSON, Bruno (Coord.). Regulação e novas tecnologias. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

Bruno (Coord.). Regulação e novas tecnologias. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

ZHOU, W.; ARNER, D. W.; BUCKLEY, R. P. Regulation of Digital financial services in china: last mover Advantage. Tsinghua China Law Review, University of Hong Kong Faculty of Law Research, [Paper no. 2015/044], N. 8, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2660050>.

Aula 10: Cases de Sucesso

Texto inicial: Debate com CEOs de startups de destaque no mercado.

AVALIAÇÃO

Participação em aula, participação nos seminários e elaboração de parecer jurídico para solução dos problemas propostos para cada seminário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BHIDE, Amar. Bootstrap finance: the art of start-ups. **Harvard Business Review**, v. 70, n. 6, p. 109-117, Nov. 1992.

BILLINGSLEY, Randall S.; SMITH, David M. Why Do Firms Issue Convertible Debt?. **Financial Management**, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 93-99, Summer 1996.

COELHO, Giulliano Tozzi; CAMARGO, Henrique Cabral; RIGÃO, Romulo de Oliveira. Contrato de investimento em startup pela ótica da teoria da agência: análise de cláusulas e a relação com os conflitos de agência. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 976, n. 106, p. 221-239, fev. 2017.

COOTER, Robert; SCHÄFER, Hans-Bernd. **O nó de Salomão**: como o direito pode erradicar a pobreza das nações. Curitiba: CRV, 2017.

FELD, Brad; MENDELSON, Jason. **Venture deals**: be smarter than your lawyer and venture capitalist. 3. ed. Nova Jersey: Willey, 2016.

JONIKAS, Donatas. **Startup evolution curve**: from idea to profitable and scalable business. San Bernardino: IDEA, 2018.

JÚDICE, Lucas Pimenta (coord.). **Direito das startups**. Curitiba: Juruá, 2016. v. 2.

LARRATE, Marco. **Governança corporativa e remuneração dos gestores**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PORTO, Éderson Garin. **Manual jurídico das startups**: como criar e desenvolver projetos inovadores com segurança. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

PRADO, Roberta Nioac; PEIXOTO, Daniel Monteiro; SANTI, Eurico Marcos Diniz de (coord.). **Direito societário**: estratégias societárias, planejamento tributário e sucessório. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

REUM, Courtney; REUM, Carter. **Shortcut your startup**: speed up sucess with unconventional advice from the trenches. Nova York: Gallery Books, 2018.

RIES, Eric. **The lean startup**: how today's entreperneurs use continues innovation to create radically successful business. Nova York: Crown Business, 2011.

THIEL, Peter. **Zero to one: notes on startups, or how to built the future**. Nova York: Crown Business, [2014].

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COUTINHO, Sérgio Mendes Botrel. **Fusões e aquisições**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

DEGENNARO, Ramon. P.; DWYER, Gerald P. Expected returns to stock investments by angel investors in groups. **Working Paper Series, Federal Reserve Bank of Atlanta**, [s. l.], p. 1-48, Aug. 2010.

DIMOV, D; MURRAY, G. Determinants of the incidence and scale of seed capital investments by venture capital firms. **Small Business Economics**, [s. l.], v. 30, n. 2, p. 127-152, Feb. 2008.

DINIZ, Gustavo Saad. Instrumentos de capitalização societária. **Revista de Direito Privado**, São Paulo, v. 13, n. 49, p. 313-330, jan./mar. 2012.

GOMPERS, Paul; LERNER, Josh. **The venture capital cycle**. Cambridge, Mass: MIT Press, c2004.

GOMPERS, Paul; LERNER, Josh. The venture capital revolution. **The Journal of Economic Perspectives**, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 145-168, 2001.

HAAS, Jeffrey J. **Corporate finance**. Nova York: West Academic, 2017.

HILL, Claire; QUINN, Brian; SOLOMON, Steven. **Mergers and acquisitions: law, theory, and practice**. St. Paul, MN: West Academy, 2016.

KERR, William R.; LERNER, Josh.; SCHOAR, Antoinette. The consequences of entrepreneurial finance: evidence from angel financings. **Review of Financial Studies**, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 20-55, Jan. 2014.

MAXWELL, Andrew, JEFFREY, Scott, LÉVESQUE, Moren. Business angel early stage decision making. **Journal of Business Venturing**, [s. l.], v. 26, n. 2, p. 212-225, Mar. 2011.

SAZONOV, Sergey Petrovich *et al.* Alternative sources of business development: mezzanine financing. **Scientific Papers of the University of Pardubice, Series D: Faculty of Economics and Administration**, [s. l.], v. 23, n. 37, p. 143-155, Jan. 2016.

SCALZILLI, João Pedro; SPINELLI, Luis Felipe; TELLECHEA, Rodrigo. Sociedade em conta de participação: aplicações práticas e diferentes formatações. *In*: BOTREL, Sérgio; BARBOSA, Henrique (org.). **Finanças corporativas: aspectos jurídicos e estratégicos**. São Paulo: Atlas, 2016. p. 617-637.

SUDEK, R. Angel investment criteria. **Journal of Small Business Strategy**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 89-103, mai. 2006.

WONG, Andrew; BHATIA, Mihir; FREEMAN, Zachary. Angel finance: the other venture capital. **Strategic Change**, [s. l.], v. 18, n. 7/8, p. 221-230, nov. 2009.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Direito Regulatório

Semestre: 2019/1

Carga horária: 30 - Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112159

Professor: Pedro Henrique Poli de Figueiredo

EMENTA

Serviços Públicos: conceito e classificação. Formas de prestação do serviço público: Outorga e delegação. A regulação do serviço público concedido. Lei das Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista (Lei 13.303/2016). As agências de regulação. Instrumentos de delegação: concessão, permissão e autorização. A relação jurídica na concessão. A Legislação de concessão: Lei 8987/95 e Lei 9074/95. Parcerias Público Privadas – Conceitos. Instrumentos. Legislação. Regime das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. Lei anticorrupção – Compliance – Lei de Improbidade Administrativa. Serviços públicos regulados. Serviços privados regulados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 – Noções sobre Serviços Públicos.
- 2 – Formas de prestação do serviço público – outorga e delegação. Aspectos próprios da Federação brasileira relacionados à prestação do serviço público. A Regulação do serviço público concedido. As agências de Regulação.
- 3 – Regime das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista (Lei nº 13.303/2016).
- 4 Concessão, permissão e autorização do serviço público. Evolução dos instrumentos de delegação no ordenamento jurídico brasileiro.
- 5 Leis 8.987 e 9074, de 1995.
- 6 Parcerias Público – Privadas – noções gerais – aspectos da Lei nº 11.079/95.
- 7 Agências de Regulação
- 8 Regime das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

9 Lei Anticorrupção – compliance – Lei de Improbidade Administrativa

10 Serviços Públicos e serviços privados regulados e sua legislação

AValiação

Seminários com análise de casos

Os alunos buscarão na jurisprudência dos Tribunais Judiciários, de Contas ou administrativos e apresentarão para discussão na data dos seminários aos colegas, bem como apresentarão uma resenha com a análise do caso discutido.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CUÉLLAR, Leila. **Introdução às agências reguladoras brasileiras**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

FIGUEIREDO, Pedro Henrique Poli de. **A regulação do serviço público concedido**. Porto Alegre: Síntese, 1999.

GUIMARÃES, Fernando Vernalha. **Concessão de serviço público**. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Teoria geral das concessões de serviço público**. São Paulo: Dialética, 2003.

LEHFELD, Lucas de Souza. **Controle das agências reguladoras**. São Paulo: Atlas, 2008.

ZANOTTA, Pedro; BRANCHER, Paulo. **Desafios atuais da regulação econômica e concorrência**. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GUERRA, Sérgio (org.). **Regulação no Brasil: uma visão multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 15. ed. São Paulo: Dialética, 2012.

PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. **Comentários à lei de licitações e contratações da administração pública**. 8. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

SUNDFELD, Carlos Ari (org.). **Parcerias público-privadas**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

WINDHOLZ, Eric; HODGE, Graeme A. Conceituando regulação social e econômica: implicações para agentes reguladores e para atividade regulatória atual. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 264, p. 13-56, set./dez. 2013.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Estratégias para a Internacionalização das Empresas

Semestre: 2019/1

Carga horária: 30 - Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112168

Professor: Ivan Lapuente Garrido

EMENTA

Internacionalização de empresas, considerando as diferentes correntes teóricas e suas implicações para o contexto brasileiro. Ambiente internacional de negócios, analisando criticamente as variáveis externas à empresa que interferem nas decisões de internacionalização. Estratégias de entrada em mercados externos, possibilidades de inserção competitiva de produtos, serviços e organizações no exterior, instrumentalizando gestores para o desenvolvimento de planos de internacionalização sustentáveis.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A disciplina é dividida em cinco diferentes módulos:

- **Módulo I:** Teorias em Negócios Internacionais – Conhecimento das principais correntes teóricas que estudam a internacionalização de empresas (Corrente Econômica e Comportamental)
- **Módulo II:** Estratégias de Entrada em Mercados Externo – estudar as principais formas de atuação das organizações em mercados internacionais, focando nas necessidades e consequências à organização com base nas diferentes formas de atuação internacional das empresas.
- **Modulo III:** O Brasil no Comércio Exterior – conhecer o histórico brasileiro no mercado internacional.
- **Módulo IV:** o Ambiente Institucional Internacional – conhecer as influências institucionais formais e informais no ambiente internacional de negócios.
- **Modulo V:** Estudo de Caso

AVALIAÇÃO

A avaliação se dará com base em três critérios e pesos:

- Participação em sala de aula (avaliada pela frequência e envolvimento com as atividades), correspondendo a 1/3 da nota final.
- Estudo de Caso (1/3 da nota final)
- Trabalho final (apresentado nas últimas aulas) – 1/3 da nota final

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DUNNING, John L.; LUNDAN, Sarianna M. **Multinational enterprises and the global economy**. 2nd ed. Massachusetts: Edward Elgar Publishing, 2008.

PENG, Mike W. **Estratégia global**. São Paulo: Thomson, 2008.

ROOT, F. R. **Entry strategies for international markets**. New York: Lexington, 1998.

RUGMAN, Alan M. **The oxford handbook of international business**. USA: Oxford University Press, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CATEORA, Philip R.; GRAHAM, John L. **Marketing internacional**. São Paulo: LTC, 2001.

DUNNING, J. H. The eclectic paradigm of international production: a restatement and some possible extensions. **Journal of International Business Studies**, Richmond, v. 19, n. 1, p. 1-31, Mar. 1988.

JOHANSON, J.; VAHLNE, J. The mechanisms of internationalization. **International Marketing Review**, Bingley, v. 7, n. 4, p. 11-24, 1990.

JOHANSON, J.; VAHLNE, J. The uppsala internationalization process model revisited: from liability of foreignness to liability of outsidership. **Journal of International Business Studies**, [s. l.], v. 40, n. 9, p. 1411-1431, 2009.

OSLAND, G. E.; TAYLOR, C. R.; ZOU, S. Selecting international modes of entry and expansion. **Marketing Intelligence & Planning**, Bingley, v. 19, n. 3, p. 153-161, 2001.

PENG, Mike W. **Estratégia global**. São Paulo: Thomson, 2008.

PENG, Mike W. **Global business**. Mason, OH: South-Western: Cengage Learning, 2011.

SHARMA, V. M.; ERRAMILI, M. K. Resource-based explanation of entry mode choice. **Journal of Marketing Theory and Practice**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 1, 2004.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Formas de Resolução de Conflitos

Semestre: 2019/1

Carga horária: 30 - Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112156

Professor: Luciano Benetti Timm

EMENTA

A assessoria jurídica como modo de prevenção de conflitos. Métodos alternativos de solução de controvérsia. Teoria da Negociação. Escolas. Mediação. Arbitragem. Compromisso arbitral. Processo arbitral. Poder Judiciário e arbitragem. A crise do Poder Judiciário e a busca por soluções alternativas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 01: Apresentação da disciplina. Orientações sobre avaliação. Análise dos números do Poder Judiciário. Teoria da litigância e sistema multiportas

Material de Apoio: **Justiça em números 2015: ano-base 2014**/Conselho Nacional de Justiça – Brasília: CNJ, 2015, disponível em <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoess/pj-justica-em-numeros>.

Aula 02: Arbitragem: histórico, conceito, vantagens, desvantagens

Material de Apoio: DELGADO, José Augusto. **A arbitragem no Brasil – Evolução histórica e conceitual**. Disponível em: http://www.escolamp.org.br/arquivos/22_05.pdf.

Aula 03: Aspectos processuais e práticos da arbitragem.

Material de Apoio: TIMM, Luciano. **Arbitragem nos contratos empresariais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

Aula 04: Análise Econômica da litigância. Teoria dos jogos.

Material de Apoio: COOTER, Robert D.; RUBINFELD, Daniel L. **Economic analysis of legal disputes and their resolution**. Journal of Economic Literature. Pittsburgh: American Economic Association, v. 27, n. 3, p. 1067-1097, sep. 1989. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2726775>

Aula 05: Teoria da Negociação.

Material de Apoio: URY, William e FISHER, Roger. **Getting To Yes: Negotiating An Agreement Without Giving In.** Randon House UK.

Aula 06: Mediação

Material de Apoio: CALMON, Petrônio. **Fundamentos da mediação e conciliação.** 3 ed. Gazeta jurídica, 2015.

Aula 07: Arbitragem e Administração Pública

Material de Apoio: MELLO, Rafael Munhoz de. **Arbitragem e Administração Pública.** In: Revista Jurídica da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná. Curitiba, n. 6, p. 47-81, 20015.

Aula 08: Arbitragem e Direito Tributário

Material de Apoio: MENDONÇA, Priscila Faricelli de. **Transação e arbitragem nas controvérsias tributárias.** 2013. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2137/tde-12022014-135619/>>. Acesso em: 2016-08-15.

Aula 09: Regulamento da arbitragem e mediação e aspectos práticos.

Material de Apoio: Regulamento da CAMARB:
<http://camarb.com.br/mediacao/regulamento/>

Aula 10: Implicações no Novo Código de Processo Civil

Material de Apoio: RODOVALHO, Thiago e CAHALI, Francisco José. **A Arbitragem no Novo CPC - Primeiras Impressões, in Alexandre Freire et alii (orgs.).** Novas Tendências do Processo Civil - Estudos sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil, Salvador: JusPodivm, 2014, v. 2, pp. 583/604.

AVALIAÇÃO

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais.

As notas conferidas na atividade observarão a seguinte composição: 1. participação qualificada nos encontros, com apresentação oral de leituras prévias efetivadas e entrega

ao final do respectivo fichamento das leituras ao professor (30% da nota final); 2. entrega do trabalho final (70% da nota final).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem e processo**: comentários a Lei nº 9307/96. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

JOBIM, Eduardo; MACHADO, Rafael Bicca. **Arbitragem no Brasil**: aspectos jurídicos relevantes. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

TIMM, Luciano. **Arbitragem nos contratos empresariais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CLEMENZ, Gerhard; GUGLER, Klaus. Macroeconomic development and civil litigation. **European Journal of Law and Economics**, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 215-230, May 2000. Disponível em: <http://www.springerlink.com/content/x7580gq57303408r/#ContactOfAuthor2>. Acesso em: 20 dez. 2017.

COOTER, Robert D.; RUBINFELD, Daniel L. Economic analysis of legal disputes and their resolution. **Journal of Economic Literature**, Pittsburgh, v. 27, n. 3, p. 1067-1097, Sept. 1989. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2726775>. Acesso em: 20 dez. 2017.

FRIEDMAN, Lawrence M. Litigância e sociedade. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 263, p. 13-34, maio/ago. 2013.

GUERRERO, Luis Fernando. **Convenção de arbitragem e processo arbitral**. São Paulo: Atlas, 2010.

KOBAIASHI, Bruce H; PARKER, Jeffrey S. Civil procedure: general economic analysis. In: BOUCKAERT, Boudewijn; DE GEEST, Gerrit. (ed.). **Encyclopedia of law and economics**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2000. p. 65-117. Disponível em: <http://encyclo.findlaw.com/7000book.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

MARTINS, Pedro Antonio Batista. **Reflexões sobre arbitragem**: in memoriam do desembargador Cláudio Vianna de Lima. São Paulo: Ltr, 2002.

OLIÚ, Alejandro Abal. La prueba del derecho en el proceso jurisdiccional. **Revista de Derecho**, Montevideú, v. 8, n. 8, p. 11-80, nov. 2013.

PATRICIO, Miguel Carlos Teixeira. **Análise econômica da litigância**. Lisboa: Almedina, 2005.

SILVA, Eduardo Silva da. **Arbitragem e direito privado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

STONE, Katherine V. W. **Private justice**: the law of alternative dispute resolution. Minnesota: University Casebook, 2003.

STRENGER, Irineu. **Arbitragem comercial internacional**. São Paulo: LTR, 1996.

TIMM, Luciano Benetti. **Arbitragem nos contratos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

TIMM, Luciano Benetti. **Direito e economia no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2012.

VILELA, Marcelo Dias Gonçalves. **Arbitragem no direito societário**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Gerenciamento de Risco Empresarial

Semestre: 2019/1

Carga horária: 15 - Créditos: 1

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112158

Professor: André Rafael Weyermüller

EMENTA

Sociedade e Risco. Sistemas sociais e gerenciamento de risco. Análise, avaliação e gestão dos riscos. Risco ambiental. Governança dos Riscos. Regulação de Riscos (risk-basedregulation). O papel dos tribunais na Regulação dos riscos. Sistema Constitucional para gerenciamento dos riscos ambientais. Modelos para gerenciamento de riscos. Instrumentos para gerenciamento de riscos. Princípios orientadores para a gestão jurídica de riscos ambientais. Elementos para a gestão jurisdicional do risco: probabilidade e magnitude. Riscos catastróficos. Direito e desastres.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Contexto jurídico do risco;
- Sociedade de Risco e Sistemas sociais;
- Princípios orientadores para a gestão jurídica de perigos e riscos ambientais: Prevenção e precaução;
- Análise, avaliação e gestão dos riscos de atividades perigosas: Consequências jurídicas;
- Risco ambiental: Sistema Constitucional para gerenciamento dos riscos ambientais;
- Governança dos Riscos;
- Regulação de Riscos ambientais e do consumidor para o empreendedor;
- O papel dos Tribunais na Regulação dos riscos;
- Modelos para gerenciamento de riscos;
- Instrumentos para gerenciamento de riscos;

- Adaptação;
- Elementos para a gestão jurisdicional do risco: probabilidade e magnitude;
- Empresas de criatividade e tecnologia e o risco;
- Oportunidades no risco e avaliação sistêmica.

AVALIAÇÃO

A avaliação consistirá em dois instrumentos:

Seminários sobre os temas de aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DAMODARAN, Aswath. **Gestão estratégica do risco**: uma referência para a tomada de riscos empresariais. Porto Alegre: Bookman, 2009.

DUARTE, Márcia de Freitas; SILVA, André Luis. A experimentação do risco na carreira criativa. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, Campo largo, v. 12, n. 2, p. 156-172, 2013. Disponível em:
<http://www.periodicosibepes.org.br/ojs/index.php/recadm/article/view/1517/709>.
Acesso em: 20 dez. 2017.

FISHER, Elizabeth. **Risk: regulation and administrative constitutionalism**. Oxford: Hart Publishing, 2007.

HOHENDORFF, Raquel von; ENGELMANN, Wilson. **Nanotecnologias aplicadas aos agroquímicos no Brasil**: a gestão dos riscos a partir do diálogo entre as fontes do direito. Curitiba: Juruá, 2014.

LUHMANN, Niklas. **Risk: a sociological theory**. New Jersey: Aldine Transaction, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADAMS, John. **Risco**. São Paulo: SENAC, 2009.

CARVALHO, Délton Winter de. **Dano ambiental futuro**: a responsabilização civil pelo risco ambiental. 2. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

FACHIN, Luiz Edson. Da felicidade paradoxal à sociedade de riscos: reflexões sobre risco e hiperconsumo. *In*: ANCONA, Teresa; LEMOS, Patrícia Faga Iglecias; RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz (coord.). **Sociedade de risco e direito privado**:

desafios normativos, consumeristas e ambientais. São Paulo: Atlas, 2013. p. 380-393.

JASANOFF, Sheila. **Science at the bar: law, science, and technology in America**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

LEITE, José Rubens Morato; CAETANO, Matheus Almeida. A responsabilidade civil por danos ambientais na sociedade de risco: um direito reflexivo frente às gerações de problemas ambientais. *In*: ANCONA, Teresa; LEMOS, Patrícia Faga Iglecias; RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz (coord.). **Sociedade de risco e direito privado: desafios normativos, consumeristas e ambientais**. São Paulo: Atlas, 2013. p. 273-296.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria dos sistemas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BERTOLUCCI, Ricardo Galinari. **Gerenciamento do risco corporativo em controladoria**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SÁNCHEZ, Helena Nadal. De lo público a lo común en los modelos de propiedad intelectual: la garantía de un nuevo sistema civil. *In*: BAEZ, Narciso Leandro Xavier *et al.* (org.). **O impacto das novas tecnologias nos direitos fundamentais**. Joaçaba: Ed. UNOESC, 2015. p. 203-229.

STEELE, Jenny. **Risks and legal theory**. Oxford: Hart Publishing, 2004.

THOMAS, Janet M.; CALLAN, Scott J. **Economia ambiental: fundamentos, políticas e aplicações**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

VERCHICK, Robert R. M. **Facing catastrophe: environmental action for a post-katrina world**. Cambridge: Harvard University Press, 2010.

WEYERMÜLLER, André Rafael. **Água e adaptação ambiental: o pagamento pelo seu uso como instrumento econômico e jurídico de proteção**. Curitiba: Juruá, 2014.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Governança Corporativa

Semestre: 2019/1

Carga horária: 15 - Créditos: 1

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112164

Professor: Cristiano Machado Costa

EMENTA

Conceitos fundamentais de governança corporativa; Separação entre propriedade e controle, Função-objetivo das empresas e teoria de agência; Mecanismos internos e externos de governança; Panorama da governança corporativa no Brasil; Governança corporativa no mundo; Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal; Códigos de Boas Práticas de Governança; Principais pesquisas sobre governança corporativa; Aspectos metodológicos das pesquisas sobre governança corporativa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Módulo I

Definições e mecanismos de Governança Corporativa. Teoria de Agência: princípios básicos e problema do Principal-Agente.

- Módulo II

Controle x Propriedade. Conselhos de Administração. Remuneração de Executivos e mecanismos de incentivos. Estrutura de Capital. Políticas de Dividendos. Evidenciação Voluntária e Obrigatória. Oferta Hostil, Investidores Institucionais e Tópicos Especiais em Governança.

- Módulo III

Governança Corporativa e Valor. Governança Corporativa no Brasil: Práticas Recomendadas, Voluntárias e Obrigatórias. Ambiente Regulatório Brasileiro e Internacional. Governança Corporativa no Mundo.

- Módulo IV

A Literatura sobre Governança Corporativa no Brasil. Governança Corporativa em Empresas Não-Listadas: Estudos de Caso. Apresentação de Estruturas de Governança (atividade avaliativa).

AVALIAÇÃO

A avaliação se dará com base em três critérios e pesos:

- Participação em sala de aula (avaliada pela frequência e envolvimento com as atividades), correspondendo a 1/5 da nota final.
- Apresentação de Estrutura (última aula) – 2/5 da nota final.
- Trabalho (entrega na última aula) - 2/5 da nota final.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ADAMS, Renee B.; FERREIRA, Daniel. A theory of friendly boards. **The Journal of Finance**, [s. l.], v. 62, n. 1, p. 217-250, 2007.

BECHT, Marco; BOLTON, Patrick; RÖELL, Ailsa. Corporate law and governance. **Handbook of Law and Economics**, [s. l.], v. 2, p. 829-943, 2007.

BLACK, Bernard S.; DE CARVALHO, Antonio Gledson; SAMPAIO, Joelson Oliveira. The evolution of corporate governance in Brazil. **Emerging Markets Review**, [s. l.], v. 20, p. 176-195, 2014.

CLAESSENS, S. Corporate governance and development. **The World Bank Research Observer**, [s. l.], v. 21, n. 1, p. 91-122, 2006.

FARINHA, Jorge. Dividend policy, corporate governance and the managerial entrenchment hypothesis: an empirical analysis. **Journal of Business Finance & Accounting**, [s. l.], v. 30, n. 9/10, p. 1173-1209, 2003.

GILLAN, Stuart L. Recent developments in corporate governance: an overview. **Journal of Corporate Finance**, Amsterdam, v. 12, p. 381-402, 2006.

JENSEN, Michael; MECKLING, William. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, Lausanne, v. 3, p. 305-360, Oct. 1976.

MORCK, Randall K. (ed.). **A history of corporate governance around the world: family business groups to professional managers**. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert W. A survey of corporate governance. **The Journal of Finance**, [s. l.], v. 52, n. 2, p. 737-783, 1997.

SILVEIRA, Alexandre Di Micelli da. **Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2015.

TRICKER, R. I. **Corporate governance: principles, policies, and practices**. [S. l.]: OUP Oxford, 2015.

VERRECCHIA, Robert E. Essays on disclosure. **Journal of accounting and economics**, [s. l.], v. 32, n. 1, p. 97-180, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAUJO, Aloisio P.; FERREIRA, Rafael VX; FUNCHAL, Bruno. The Brazilian bankruptcy law experience. **Journal of Corporate Finance**, [s. l.], v. 18, n. 4, p. 994-1004, 2012.

BERLE, A.; MEANS, G. **The modern corporation and private property**. New York: Harcourt, 1932.

CAMPELLO, Murillo. Contemporary corporate finance research on South America. **Journal of Corporate Finance**, [s. l.], v. 18, n. 4, p. 879-882, 2012.

CARVALHAL, Andre. Do shareholder agreements affect market valuation: evidence from Brazilian listed firms. **Journal of Corporate Finance**, [s. l.], v. 18, n. 4, p. 919-933, 2012.

COSTA, Cristiano M. *et al.* Family management: creating or destroying firm value. **Economics Bulletin**, [s. l.], v. 34, n. 4, p. 2292-2302, 2014.

COSTA, Cristiano Machado *et al.* Non-compliance in executive compensation disclosure: the brazilian experience. **Journal of Business Finance & Accounting**, [s. l.], v. 43, n. 3-4, p. 329-369, 2016.

FAMA, Eugene; JENSEN, Michael. Separation of ownership and control. **Journal of Law and Economics**, Chicago, v. 26, p. 301-325, June 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Código das melhores práticas de governança corporativa**. São Paulo: IBGC, 2009.
Disponível em: http://www.ibgc.org.br/userfiles/Codigo_julho_2010_a4.pdf. Acesso em: 24 jun. 2016.

LA PORTA, Rafael; SHLEIFER, Andrei; LOPEZ-DE-SILANES, Florencio. Corporate ownership around the world. **Journal of Finance**, New York, v. 54, p. 471-517, 1999.

LEUZ, Christian; VERRECCHIA, Robert E. The economic consequences of increased disclosure (digest summary). **Journal of accounting research**, [s. l.], v. 38, p. 91-124, 2000.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO (OECD). **G20/OECD Principles of Corporate Governance**. Paris:
OECD, 2015.

SCHMIDT, Breno. Costs and benefits of friendly boards during mergers and
acquisitions. **Journal of Financial Economics**, [s. l.], v. 117, n. 2, p. 424-447, 2015.

SROUR, Gabriel. Práticas diferenciadas de governança corporativa: um estudo sobre a
conduta e a performance das firmas brasileiras. **Revista Brasileira de Educação**, Rio
de Janeiro, v. 59, n. 4, p. 635-674, out./dez. 2005.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Direito Internacional do Comércio

Semestre: 2019/1

Carga horária: 30 - Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112167

Professor: Marcelo De Nardi

EMENTA

Fundamentos teóricos e práticos do Direito Internacional do Comércio. O sistema econômico internacional: os atores; o comércio mundial; evolução. Transações de exportação e importação; agentes e sujeitos no comércio internacional; aspectos gerais dos negócios internacionais. Fundamentos da política comercial no Brasil e no mundo; bases jurídicas e políticas do sistema multilateral de comércio; regionalismo. Tópicos práticos do comércio internacional, contratos internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Fundamentos do Direito dos Negócios Internacionais
 - Direito, soberania, sistemas jurídicos, jurisdição, contrato, arbitragem
 - Abordagens contratual e regulatória
- Evolução histórica do Comércio Internacional
 - Comércio internacional e Estado nacional
 - Teorias do Comércio Internacional
- Atores no Comércio Internacional
 - Intervenientes públicos e privados
 - Papéis dos atores, interações
- Comércio exterior no Brasil
 - Exportação e importação, promoção comercial
 - Defesa comercial
- OMC e Mercosul
 - Organizações internacionais
 - Mercosul - estrutura, evolução, resultados

- OMC - evolução, estrutura, resultados
- Tratados que compõem a OMC
- Multilateralismo vs. Regionalismo
- Tópicos práticos do Comércio Internacional
- Agentes e sujeitos no Comércio Internacional
- Contratos

AVALIAÇÃO

- Contribuições acadêmicas em sala de aula - 30%
- Contribuições durante os momentos de debate
- Apresentação de seminário (conteúdo, forma, atitude)
- Artigo sobre tema a ser indicado - 70%
- Modelo indicado pela Unisinos, com ajustes para formato específico
- Extensão de 10 a 15 p.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMARAL, Antonio Carlos Rodrigues do (org.). **Direito do comércio internacional: aspectos fundamentais**. 3. ed., rev. e atual. São Paulo: Lex, 2014.

SOUSA, José Meireles de. **Fundamentos do comércio internacional**. São Paulo: Saraiva, 2009.

TIMM, Luciano Benetti; RIBEIRO, Rafael Pellegrini; ESTRELLA, Angela T. Gobbi. **Direito do comércio internacional**. São Paulo: FGV, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPUCIO, Camila. A OMC e o regionalismo do século XXI: estratégia de imposição de modelos normativos?. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 336-348, 2014. Disponível em:
<http://publicacoes.uniceub.br/index.php/rdi/article/view/3158/pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016.

CAPUCIO, Camila. **Comércio internacional e integração regional: a OMC e o regionalismo**. Belo Horizonte: Arraes Ed., 2012.

CRETELLA NETO, José. **Curso de direito internacional econômico**. São Paulo: Saraiva, 2012.

ENGELBERG, Esther. **Contratos internacionais do comércio**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA-CAMPOS, Aluisio de (org.). **Ensaio em comércio internacional**. São Paulo: Singular, 2005.

OLIVEIRA, Jaciel Rodrigues. Principais teorias de comércio internacional. *In: Blog a gaia política: o mundo nosso de cada dia*. [S. l.], 10 mar. 2009. Disponível em: <https://jacieltrodrigues.wordpress.com/2009/10/13/principais-teorias-de-comerciointernacional/>. Acesso em: 16 set. 2016.

RAINELLI, Michel. **Comércio internacional**. Barueri: Manole, 2004.

SILVA, Elaini Cristina Gonzaga da. **Direito Internacional em expansão: encruzilhada entre comércio internacional, direitos humanos e meio ambiente**. São Paulo: Saraiva, 2016.

VASCONCELOS, Raphael Carvalho de. **Teoria do estado e a unidade do direito internacional: domesticando o rinoceronte**. Belo Horizonte: Arraes Ed., 2016.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Direito da Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia

Semestre: 2019/1

Carga horária: 45 - Créditos: 3

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112153

Professor: André Rafael Weyermüller

EMENTA

Estudo da proteção jurídica às criações intelectuais. Análise da importância cultural, social e econômica do sistema de proteção à propriedade intelectual através dos seus dois grandes ramos: direito autoral e propriedade industrial. Direito do autor e direitos conexos. Marcas e Patentes: modalidades, registro, duração, licenças e violações. Concorrência desleal. Abuso do poder econômico. Formas de proteção de tecnologias não sujeitas a patentes, topografia de circuitos integrados e cultivares. Transferência de Tecnologia. Exame da transferência de tecnologia como modalidade contratual de exercício da atividade empresarial, possibilitando a disseminação da informação tecnológica e do conhecimento entre empresas no ambiente jurídico interno e externo e capacitando para compreender e operacionalizar tal mecanismo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1ª.Aula: Conhecendo a disciplina. Conceitos introdutórios de Propriedade Intelectual. Origem e princípios.

2ª.Aula: Fontes da legislação da Propriedade Intelectual.

3ª.Aula: Propriedade Industrial. Patentes de invenção e de modelo de utilidade. Contratos de Licença para exploração e cessão de patentes conforme INPI.

4ª.Aula: Direitos autorais. Modalidades contratuais de direitos patrimoniais.

5ª.Aula: Software. Programas de computador. Contratos de licença e cessão de topografia de circuito integrado conforme o INPI.

6ª.Aula: Marcas. Marcas de Alto Renome. Contratos de licença e de uso de marcas conforme INPI.

7ª.Aula: A Propriedade Intelectual e a esfera criminal.

8ª. Aula: Desenho Industrial. Licenças de exploração e de cessão de desenho industrial conforme o INPI.

9ª. Aula: Indicações geográficas: Denominação de Origem e Indicação de Procedência.

10ª. Aula: Cultivares.

11ª. Aula: Lei de Inovação. Lei do Bem. Concorrência desleal e confidencialidade.

12ª. Aula: Responsabilidade Civil. Danos morais e materiais decorrentes de Propriedade Intelectual.

13ª. Aula: Contratos de transferência de tecnologia.

14ª. e 15ª. Aulas: Apresentação de seminários.

AValiação

Seminários vinculados aos temas do Conteúdo Programático (50%)

Artigo envolvendo tema abordado ao longo da disciplina (50%).

METODOLOGIA

1. Nas aulas especificadas no cronograma um(a) mestrando(a) será responsável pela apresentação do tema proposto, utilizando-se a Metodologia de Seminário.

2. A preparação do tema deverá observar a bibliografia sugerida e disponível no ambiente Moodle, a fim de possibilitar o aprofundamento do tema.

3. Os demais mestrandos deverão ler o texto indicado previamente pelo professor para cada tema de aula conforme o cronograma.

4. Os alunos deverão, ao final do semestre, apresentar um dos temas trabalhados em aula em forma de seminário/aula, utilizando-se das indicações de bibliografia e jurisprudência.

5. Cada mestrando desenvolverá, sob forma de artigo científico, realizar o estudo aprofundado sobre um dos temas discutidos ao longo da disciplina, o qual deverá ter um mínimo de 10 páginas e seguir as normas da ABNT.

6. Para fins de avaliação serão considerados, ainda, a assiduidade, qualidade da apresentação do Seminário, participação nos Seminários dos colegas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBOSA, Denis Borges. **Uma introdução à propriedade intelectual**. 2. ed., rev. e atual. [S. l.]: Lumen Juris, 2010. Disponível em:

<http://www.denisbarbosa.addr.com/arquivos/livros/umaintro2.pdf>. Acesso em 14 nov. 2019.

CARBONI, Guilherme. **Direito autoral e autoria colaborativa**: na economia da informação em rede. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

CORREA, CARLOS. **Propriedade intelectual e saúde pública**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

DRAHOS, Peter. **A philosophy of intellectual property**. Great Britain: Ashgate, 1996.

LANDES, William M.; POSNER, Richard A. **The economic structure of intellectual property law**. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

LESSIG, Lawrence. **Cultura livre**: como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para barrar a criação cultural e controlar a criatividade. [S. l.]: Quilombo Digital, 2007. Disponível em: http://softwarelivre.org/articles/0018/5102/Lawrence_Lessig_-_Cultura_Livre.pdf. Acesso em 05 nov. 2019.

RIFKIN, Jeremy. **Sociedade com custo marginal zero**: a internet das coisas, os bens comuns colaborativos e o eclipse do capitalismo. São Paulo: M. Books do Brasil, 2016.

SÁDABA, Igor *et al.* (org.). **La tragedia del copyright**: bien común, propiedad intelectual y crisis de la industria cultural. Barcelona: Virus Editorial, 2013.

WACHOWICZ, Marcos (coord.). **Direito autoral & economia criativa**. Curitiba: GEDAI/UFPR, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOYLE, James. **The public domain**: enclosing the commons of the mind. USA: Caravan Book, 2008.

BRANCO, Sérgio. **O domínio público no direito autoral brasileiro**: uma obra em domínio público. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CASTELLS, Manuel; MAJER, Roneide Venâncio; CARDOSO, Fernando Henrique. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1: A era da informação: economia, sociedade e cultural.

CASTRO, Oona. MIZUKAMI, Pedro (org.). **Brasil pirata, Brasil original**. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2013.

DRAHOS, Peter; BRAITHWAITE, John. **Information feudalism**: who owns the knowledge economy?. New York: New Press, 2003.

HELFRICH, Silke (comp.). **Genes, bytes y emisiones: bienes comunes y ciudadanía**. México: Fundación Heinrich Böll, 2008.

LESSIG, Lawrence. **Remix**. USA: Penguin-Press, 2008.

PENROSE, Edith T. **La economía del sistema internacional de patentes**. México: Siglo Veinti Uno, 1974.

PRONER, Carol. **Propriedade intelectual: uma outra ordem jurídica possível**. São Paulo: Cortez, 2007.

RAFFO, Julio C. **Derecho autoral: hacia un nuevo paradigma**. Buenos Aires: Marcial Pons Argentina, 2011.

SANTOS, Manoel J. Pereira dos (coord.). **Direito de autor e direitos fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2011.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SMIERS, Joost; SCHIJNDEL, Marieke van. **Imagine... no copyright: por un mundo nuevo de libertad creativa**. Barcelona: Gedisa, 2008.

VILLARES, Fábio (org.). **Propriedade intelectual: tensões entre o capital e a sociedade**. Paz e Terra: São Paulo, 2007.

WACHOWICZ, Marcos. **Direito autoral e marco civil da internet**. Curitiba: GEDAI/UFPR, 2015.

Links importantes de Revistas para pesquisa de artigos atuais na área:

1. RevistaPIDCC– Revista de Propriedade Intelectual, Direito Contemporâneo e Constituição <http://www.pidcc.com.br/br/>
2. Revista do IBPI-Revista Eletrônica do Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual <http://www.ibpi brasil.org/>
3. RevistadaABPI– Revista da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual- <http://www.abpi.org.br/biblioteca1.asp?ativo=True&linguagem=Portugu%EA&secao=Biblioteca&subsecao=Revista%20da%20ABPI>
4. EJT-European Journal of Law and Technology- <http://ejlt.org/index>
5. IIC-International Review of Intellectual Property and Competition Law- <http://link.springer.com/journal/40319>
6. Review of Intellectual Property Law- <http://ripl.jmls.edu/>

Links de sites para consulta:

1. Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial/UFPR-GEDAI-
<http://www.gedai.com.br/>
2. Instituto Nacional de Propriedade Industrial–INPI - <http://www.inpi.gov.br/>
3. World Intellectual Property Organization– WIPO -
<http://www.wipo.int/portal/en/index.html>
4. World Trade Organization– WTO/TRIPS
https://www.wto.org/english/tratop_e/trips_e/trips_e.htm
5. United States Patent and Trademark Office– USPTO - <http://www.uspto.gov/>
6. European Patent Office - <https://www.epo.org/index.html>
7. University of Alicante Intellectual Property & Information Technology–UAUPI-
<http://www.uaipit.com/es/>

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Fusões e Aquisições, Insolvência e Recuperação Empresarial

Semestre: 2019/1

Carga horária: 60 - Créditos: 4

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112165

Professor: Fabiano Koff Coulon

EMENTA

Análise dos aspectos jurídicos envolvidos nos procedimentos de fusões e aquisições de empresas, visando a desenvolver capacidades para atuação no enfrentamento das diversas questões envolvidas nesses processos de reorganização societária. Serão trabalhados os diferentes momentos da alienação de participação societária, desde as primeiras aproximações das partes, informações, avaliação de empresas, auditoria, reestruturação societária, negociação, assim como os respectivos contratos. Estudar os institutos da falência e da recuperação judicial e extrajudicial empresarial tanto no âmbito nacional quanto internacional e os seus efeitos na gestão empresarial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Due diligence: tributário, trabalhista
- Due diligence: societário, cível
- Investimentos
- Documentos societários, tipos de contratos
- M&a no direito americano
- Responsabilidade administradores
- Startups
- Joint venture, fusão, incorporação, cisão e aquisição
- Aspectos econômicos
- Direito comparado
- Recuperação extrajudicial
- Delitos falimentares

- Administração da falência
- Procedimento/efeitos da sentença
- Bens jurídicos tutelados
- Temas especiais de direito falimentar

AVALIAÇÃO

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais.

As notas conferidas na atividade observarão a seguinte composição: 1. participação qualificada nos encontros, com apresentação oral de leituras prévias efetivadas e entrega ao final do respectivo fichamento das leituras ao professor (30% da nota final); 2. entrega do trabalho final (70% da nota final).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEZERRA FILHO, Manoel Justino. **Lei de recuperação de empresas e falências**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

BOTREL, Sérgio. **Fusões e aquisições**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CAMPINHO, Sérgio. **Falência e recuperação de empresa: o novo regime da insolvência empresarial**. 6. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

MAMEDE, Gladston. **Falência e recuperação de empresas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROCHA, Dinir; QUATTRINI, Larissa. **Fusões, aquisições e organizações societárias e due diligence**. São Paulo: Saraiva: 2012.

WARDE JÚNIOR, Walfrido Jorge. **Fusão, cisão, incorporação e temas correlatos**. 1. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANAN JÚNIOR, Pedro. **Fusão, cisão e incorporação de sociedades: teoria e prática**. 3. ed. atual. pelas Leis n. 10.406 de 10 de janeiro de 2002 e 11.638 de 28 de dezembro de 2007. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2009.

- AYOUB, Luiz Roberto; CAVALLI, Cássio. **A construção jurisprudencial da recuperação judicial de empresas**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
- BARROS, Betania Tanure. **Fusões e aquisições no Brasil**: entendendo as razões dos sucessos e fracassos. São Paulo: Atlas, 2003.
- BULGARELLI, Waldirio. **Fusões, incorporações e cisões de sociedades**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- CASTRO, Rodrigo R. Monteiro de; ARAGÃO, Leandro Santos de (coord.). **Reorganização societária**. São Paulo: Quartier Latin, 2005.
- COELHO, Fábio Ulhoa. **Comentários à nova lei de falências e de recuperação de empresas**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- FRANCO, Vera Helena de Mello; SZTAJN, Rachel. **Falência e recuperação da empresa em crise**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- IMHOF, Cristiano. **Lei de falências e de recuperação de empresas e sua interpretação jurisprudencial**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2009.
- LOCATELLI, Fernando. International trade and insolvency law: is the UNCITRAL model law on cross-border insolvency an answer for Brazil? (an economic analysis of its benefits on international trade). **Revista do Ministério Público do RS**, Porto Alegre, n. 63, p. 197-232, maio/set. 2009.
- LODI, João Bosco. **Fusões e aquisições: o cenário brasileiro**. Rio de Janeiro: Campos, 1999.
- MUNIZ, Ian. **Fusões e aquisições: aspectos fiscais e societários**. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2011.
- PEIXOTO, Daniel. **Responsabilidade tributária e os atos de formação, administração, reorganização e dissolução de sociedades**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- PRADO, Roberta; PEIXOTO, Daniel; SANTI, Eurico. **Estratégias societárias, planejamento tributário e sucessório**. 2. ed. São Paulo: Saraiva: 2011.
- SADDI, Jairo (org.). **Fusões e aquisições: aspectos jurídicos e econômicos**. São Paulo: IOB, 2002.
- SOUZA JÚNIOR, Francisco Satiro de; PITOMBO, Antônio Sérgio A de Moraes. (coord.). **Comentários à lei de recuperação de empresas e falência: lei 11.101/2005: artigo por artigo**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Inovação e Marcos Regulatórios Fiscais

Semestre: 2019/1

Carga horária: 30 - Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112160

Professor: Silvio Bitencourt da Silva

EMENTA

A disciplina terá por temática a tributação e sua relação com áreas de inovação tecnológica e novos setores da Economia. Temas como tributação ambiental, comércio eletrônico, downloads e nuvens, Extrafiscalidade e benefícios fiscais serão estudados à luz da teoria jurídica e da Análise Econômica do Direito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 01 - Inovação e Marcos Regulatórios Fiscais

Aula 02 - Incentivos fiscais e extrafiscalidade

Aula 03 - Políticas de Inovação

Aula 04 - Conceitos e reflexões sobre inovação

Aula 05 - Política de Ciência, Tecnologia e Inovação

Aula 06 - O Sistema de Inovação Brasileiro: uma proposta orientada por missões

Aula 07 - Apoio Financeiro Indireto: Incentivos Fiscais

Aula 08 - Apoio Financeiro Indireto: Incentivos Fiscais

Aula 09 - Apoio Financeiro Indireto: Investimento Obrigatório

Aula 10 - Apoio Financeiro Direto: Fomento a inovação no Brasil

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AVELLAR, Ana Paula Macedo de; BOTELHO, Marisa dos Reis Azevedo. Efeitos das políticas de inovação nos gastos com atividades inovativas das pequenas empresas brasileiras. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 46, n. 3, p. 609-642, jul./set. 2016.

BRASIL. **Emenda constitucional nº 85, de 2015**. Altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação. Brasília, DF: Câmara de Deputados, 2015. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2015/emendaconstitucional-85-26-fevereiro-2015-780176-publicacaooriginal-146182-pl.html>. Acesso em: 24 jul. 2018.

BRASIL. **Estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação: 2016-2022: ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento econômico e Social**. Brasília, DF: Ministério da Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, 2016. Disponível em: <https://portal.inpa.gov.br/images/documentos-oficiais/ENCTI-MCTIC-2016-2022.pdf>. Acesso em: 24/07/2018.

BRASIL. **Plano Plurianual 2016-2019: desenvolvimento, produtividade e inclusão social: mensagem presidencial**. Brasília, DF: Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, 2015. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-2016-2019/ppa-2016-2019-ascom-3.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2018.

BUFFON, Marciano; JACOB, Lilian Ramos. Os incentivos fiscais no ramo tecnológico como instrumento do desenvolvimento nacional. **Direito e Desenvolvimento**, João Pessoa, v. 6, n. 2, p. 121-144, 2016.

EDLER, Jakob; FAGERBERG, Jan. Innovation policy: what, why, and how. **Oxford Review of Economic Policy**, [s. l.], v. 33, n. 1, p. 2-23, 2017.

FAGERBERG, J. Innovation policy: rationales, lessons and challenges. **Journal of Economic Surveys**, [s. l.], v. 31, n. 2, p. 497-512, Apr. 2017.

LAKS, Larissa Rodrigues. Extrafiscalidade e incentivos à inovação tecnológica. **Revista do Direito Público**, Londrina, v. 11, n. 2, p. 230-259, ago. 2016.

MAZZUCATO, Mariana. **O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MAZZUCATO, Mariana; PENNA, Caetano. **The Brazilian innovation system: a mission-oriented policy proposal**. Brasília, DF: CGEE, 2016.

PSCHEIDT, Kiristian Rodrigo; PINTO, Felipe Chiarello de Souza. Políticas macroeconômicas: erros e acertos de uma política extrativa. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, [s. l.], v. 112, p. 231-269, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018**. Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, o art. 24, § 3º, e o art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, e o art. 2º, caput, inciso I, alínea "g", da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. Brasília, DF: Presidência da

República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9283.htm. Acesso em: 24 jul. 2018.

Lei do Bem (Lei nº 11.196/, de 21/11/2005). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111196.htm. Acesso em 18 mai. 2020.

Lei de Informática (Lei nº 8.248, de 23/10/1991, e alterações). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8248.htm. Acesso em 18 mai. 2020

PADIS e PATVD (Lei nº 11.484, de 31/05/2007, e alterações). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11484.htm. Acesso em 18 mai. 2020.

Cláusula de PD&I ANP (Lei nº 9.478, de 6/08/1997, e alterações). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9478.htm. Acesso em 18 mai. 2020

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Sistemas Jurídicos Internacionais

Semestre: 2019/1

Carga horária: 15 - Créditos: 1

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112166

Professor: Luciane Klein Vieira

EMENTA

Caracterização, distinção e análise dos principais sistemas jurídicos contemporâneos: Civil Law e Common Law. Estudo do sistema jurídico inglês e do sistema jurídico norte-americano, com ênfase na formação do precedente judicial. Os sistemas jurídicos nos processos de integração regional: a formação e aplicação do Direito da União Europeia e do Direito do Mercosul. Peculiaridades do Direito Asiático.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- *Civil Law* e *Common Law*: Histórico, mapa atual, fontes do direito, *hard law* e *soft law*;
- Direito norte-americano (EUA): sistema judiciário, *case law*, formação do precedente;
- Direito inglês: histórico, sistema judiciário, precedente judicial;
- Direito da União Europeia: supranacionalidade e formação dos princípios comuns, sistema judiciário, aplicação uniforme do direito no espaço integrado;
- Direito do Mercosul: intergovernamentalidade, sistema jurídico, diálogo entre cortes;
- Direito asiático: história, formação, sistema judiciário.

AValiação

- Estudo de casos;
- Debates temáticos;

- *Paper* que será entregue ao final da disciplina.

Critérios de avaliação:

- *Paper*: 70%;
- Apresentação de trabalho em aula: 30%.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AJANI, Gianmaria *et al.* **Sistemas jurídicos comparados: lecciones y materiales.** Barcelona: Universitat de Barcelona, 2011.

ARINONI, Luiz Guilherme. A transformação do civil law e a oportunidade de um sistema precedentalista para o Brasil. **Revista Jurídica**, Porto Alegre, v. 57, n. 380, p. 45-50, jun. 2009.

DAVID, René. **Os grandes sistemas do direito contemporâneo.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.

ENGELMANN, Wilson; SCHIOCCHET, Taysa (coord.). **Sistemas jurídicos contemporâneos e constitucionalização do direito.** Curitiba: Juruá, 2013.

FINE, Toni M. **Introdução ao sistema jurídico anglo-americano.** São Paulo: Martins Fontes, 2011.

GALIO, Morgana Henicka. **História e formação dos sistemas civil law e common law: a influência do direito romano e a aproximação dos sistemas = History and formation of the civil law and common law systems: the influence of Roman law and the systems rapprochement.** Florianópolis: CONPEDI, [2011]. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=c79d3508e2dc8fe8>. Acesso em: 13 nov. 2019.

GONZÁLEZ MARTÍN, Nuria. **Sistemas jurídicos contemporâneos.** México, DF: Cultura Jurídica, 2010.

LOSANO, Mario G. **Os grandes sistemas jurídicos.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MELLO, Patrícia Perrone Campos. Precedentes vinculantes nos Estados Unidos da América e no direito brasileiro: um estudo comparado. **Revista de Direito Internacional**, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 264-286, 2016. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/4236>. Acesso em: 19 out. 2018.

OLIVEIRA, Ana Carolina. Diferenças e semelhanças entre os sistemas da civil law e da common law. **Revista Direito Público**, [s. l.], v. 12, n. 64, p. 109-126, 2015. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2737/1307>. Acesso em: 25 nov. 2018.

VIEIRA, Andréia Costa. **Civil law e common law**: os dois grandes sistemas legais comparados. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPPELLETTI, Mauro. **Juízes legisladores?**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabres Editor, 1993.

CROSS, Rupert; HARRIS, J. W. **El precedente en el derecho inglés**. Barcelona: Marcial Pons, 2012.

DAVID, René. **O direito inglês**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DOUGLAS-SCOTT, Sionaidh. **Law after modernity**. Oxford: Hart Publishing, 2013.

FARNSWORTH, E. Allan. **An introduction to the legal system of the United States**. 4th ed. New York: Oxford University Press, 2010.

FERNÁNDEZ VILA, María Fernanda. Las experiencias de integración en Asia. *In*: NEGRO, Sandra (dir.). **Derecho de la integración**: manual. 2. ed. Montevideo: B de F, 2013.

FON, Vincy; PARISI, Francesco. Judicial precedents in civil law systems: a dynamic analysis. **International Review of Law and Economics**, [s. l.], n. 26, p. 519-535, 2006. Disponível em: <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33111-41760-1-PB.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2017.

GRUNDMANN, Stefan *et al.* **Direito privado, constituição e fronteiras**: encontros da Associação Luso-Alemã de Juristas Brasileiros. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

JIN, Oh Seung. **Overview of legal systems in the Asia-Pacific Region**: South Korea. [S. l.]: Scholarship Cornell Law, 2004. Disponível em: http://scholarship.law.cornell.edu/lps_lsapr/6. Acesso em: 21 dez. 2017.

RAATZ, Igor. Considerações históricas sobre as diferenças entre common law e civil law: reflexões iniciais para o debate sobre a adoção de precedentes no direito brasileiro. **Revista de Processo**, [s. l.], v. 199, p. 159-191, 2012.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais**. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

SELLER, Mortimer. The doctrine of precedent in the United States of America. **The American Journal of Comparative Law**, [s. l.], v. 54, p. 67-88, Sept. 2008.

SOARES, Guido Fernandes Silva. **Common Law**: introdução ao direito dos EUA. São Paulo: Saraiva, 1999.

YANG, Hyunah (ed.). **Law and society in Korea**. Cheltenham: Edward Elgar, 2013.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Tópicos Especiais I - Normalização, Regulamentação Técnica e Avaliação da Conformidade

Semestre: 2019/1

Carga horária: 15 - Créditos: 1

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112169_T04

Professor: Silvio Bitencourt da Silva

EMENTA

A disciplina terá por temática a normalização, a regulamentação técnica, e a avaliação de conformidade e metrologia. Temas como o estabelecimento e organização de atividades pela criação e utilização de regras ou normas, o processo de elaboração, adoção e implementação da regulamentação técnica, a determinação direta ou indireta do atendimento a requisitos aplicáveis e atividades com objetivo de determinar, direta ou indiretamente, que os requisitos aplicáveis são atendidos serão estudados frente as suas implicações para o estabelecimento de bases para a competitividade e inovação em diferentes setores.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 01 - A Tecnologia Industrial Básica – TIB

Aula 02 - Normalização

Aula 03 - Regulamentação Técnica

Aula 04 - Avaliação de Conformidade

Aula 05 – Metrologia

AValiação

Forma de Apuração dos Conceitos

Participação em Aula 40%

Discussão dos Textos 30%

Desenvolvimento de Estudos de Caso 30%

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BLIND, Knut; MANGELSDORF, Axel. Motives to standardize: empirical evidence from Germany. **Technovation**, [s. l.], v. 48, p. 13-24, 2016.

BLIND, Knut; PETERSEN, Sören S.; RIILLO, Cesare AF. The impact of standards and regulation on innovation in uncertain markets. **Research Policy**, [s. l.], v. 46, n. 1, p. 249-264, 2017.

BLIND, Knut; THUMM, Nikolaus. Interrelation between patenting and standardisation strategies: empirical evidence and policy implications. **Research Policy**, [s. l.], v. 33, n. 10, p. 1583-1598, 2004.

BRUNSSON, Nils; RASCHE, Andreas; SEIDL, David. The dynamics of standardization: three perspectives on standards in organization studies. **Organization studies**, [s. l.], v. 33, n. 5-6, p. 613-632, 2012.

DE VRIES, Henk *et al.* Standardization: towards an agenda for research. **International Journal of Standardization Research (IJSR)**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 52-59, 2018.

HAWKINS, Richard; BLIND, Knut. Introduction: unravelling the relationship between standards and innovation. *In*: HAWKINS, Richard; BLIND, Knut; PAGE, Robert. (ed.). **Handbook of Innovation and Standards**. [S. l.]: Edward Elgar Publishing, 2017. p. 1-18.

WIEGMANN, Paul Moritz. Conclusions: managing innovation and standards within the company and beyond. **Managing Innovation and Standards**, [s. l.], p. 139-167, 2019.

WIEGMANN, Paul Moritz; VRIES, Henk J. de; BLIND, Knut. Multi-mode standardisation: a critical review and a research agenda. **Research Policy**, [s. l.], v. 46, n. 8, p. 1370-1386, 2017.

ZOO, Hanah; DE VRIES, Henk J.; LEE, Heejin. Interplay of innovation and standardization: exploring the relevance in developing countries. **Technological Forecasting and Social Change**, [s. l.], v. 118, p. 334-348, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUSTINHO, Eduardo Oliveira; GARCIA, Evelin Naiara. Inovação, propriedade intelectual e barreiras técnicas. **RIL**, Brasília, v. 55, n. 217, p. 223- 242, jan./mar. 2018. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/55/217/ril_v55_n217_p223.pdf. Acesso em: 28 jul. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **História da normalização brasileira**. São Paulo: ABNT, 2011. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/imagens/pdf/historia-abnt.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT);
INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO);
INTERNATIONAL ELECTROTECHNICAL COMMISSION (IEC). **Guia 2:**
normalização e atividades relacionadas: vocabulário geral. 2. ed. Rio de Janeiro:
ABNT, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT); SERVIÇO
BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Guia
de termos e expressões utilizados na Normalização.** Rio de Janeiro: ABNT:
SEBRAE, 2012. Disponível em:
<http://abnt.org.br/paginampe/biblioteca/files/upload/anexos/pdf/35d4c89cdd69c61994adfea9644072ff.pdf>. Acesso em 27 jan. 2018.

BLIND, Knut. The impact of standardization and standards on innovation: compendium
of evidence on the effectiveness of innovation policy intervention. **Nesta Working
Paper**, [s. l.], n. 13/15, 2013.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Normalização, metrologia
e avaliação da conformidade em 18 setores brasileiros:** estudos de casos. 2. ed. rev.
Brasília: CNI, 2002. Disponível em:
<http://admin.cni.org.br/portal/data/files/00/FF80808124866EB501249762F86E39F6/Normaliza%C3%A7%C3%A3o,%20Metrologia%20em%2018%20setores%20brasileiros.pdf>. Acesso em 27 jan. 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Normalização:** conhecendo
e aplicando na sua empresa. 2. ed., rev. Brasília: CNI, 2002. Disponível em:
<http://admin.cni.org.br/portal/data/files/00/FF80808124866EB50124975BA7A55C42/Normaliza%C3%A7%C3%A3o%20def.pdf>. Acesso em 27 jan. 2018.

DE VRIES, Henk J. de. **Standardization:** a business approach to the role of national
standardization organizations. Boston: Kluwer Academic Publishers, 1999.

DIAS, José Luciano de Mattos. **Os mercados medidos a construção da tecnologia
industrial básica no Brasil.** Rio de Janeiro: INK Produções, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA
(INMETRO). **Avaliação da conformidade.** 6. ed. Rio de Janeiro: INMETRO, 2015.
Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/infotec/publicacoes/acpq.pdf>. Acesso em: 27
jan. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA
(INMETRO). **Manual de barreiras técnicas às exportações:** conceitos fundamentais e
serviços oferecidos pelo Inmetro. 4. ed. Rio de Janeiro: INMETRO, 2014. Disponível
em: http://www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas/PDF/Manual_BarrTec2014.pdf.
Acesso em: 27 jan. 2018.

KRISLOV, Samuel. **How nations choose product standards and standards change
nations.** Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1997.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). **Acordo sobre barreiras técnicas ao comércio**. Rio de Janeiro: OMC: INMETRO, 1995. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas/asbtc.asp>. Acesso em: 27 jan. 2018.

SISTEMA NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL (SINMETRO); CONSELHO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL (CONMETRO); COMITÊ BRASILEIRO DE REGULAMENTAÇÃO (CRB). **Guia de boas práticas de regulamentação técnica**. Brasília: CONMETRO, 2007. Disponível em: http://www.inmetro.gov.br/qualidade/pdf/guia_portugues.pdf. Acesso em: 27 jan. 2018.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Novas Tecnologias e Direito

Semestre: 2019/1

Carga horária: 15 - Créditos: 1

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112154

Professor: Wilson Engelmann

EMENTA

Sociedade, Direito, ciência e tecnologia, em busca de novos referenciais. Novos paradigmas do Direito e a superação do modelo linear, hierárquico, piramidal, positivista. Regulação, regulamentação, autorregulação e normas técnicas: esclarecendo conceitos. ISO e outros organismos internacionais de normalização. Os diferentes tipos de normas privadas e seu impacto no comércio internacional Autorregulação e Responsabilidade Social das empresas no desenvolvimento de novas tecnologias. Autorregulação regulada. Nanotecnologia e Autorregulação. Autorregulação e o direito à informação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- As relações contemporâneas entre o Direito e as Novas Tecnologias.
- Desafios jurídicos trazidos pelas nanotecnologias no cenário de ausência regulatória estatal.
- O diálogo entre as fontes do Direito e as questões atinentes à Regulação, regulamentação, autorregulação.
- O direito à informação e os desafios à gestão empresarial dos riscos das nanotecnologias.
- A caracterização jurídica das normas da ISO e da OCDE.
- A responsabilidade social das empresas no desenvolvimento de novas tecnologias: o *framework* de John Gerard Ruggie e os Direitos Humanos.

AValiação

- Participação qualificada nas aulas, evidenciando a leitura dos textos previamente indicados para cada encontro;

- Elaboração e apresentação de seminário;
- Relatório de leitura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. Recomendação da comissão: de 7 de fevereiro de 2008 relativa a um código de conduta para uma investigação responsável no domínio das nanociências e das nanotecnologias. **Jornal Oficial da União Europeia**, [s. l.], 2008. Disponível em: <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32008H0345:PT:HTML>. Acesso em: 19 jan. 2018.

ENGELMANN, W. **Nanotechnology, law and innovation**. Saarbrücken, Deutschland: LAP LAMBERT Academic Publishing, 2011.

MATEO BORGE, Iván. La robótica y la inteligencia artificial en la prestación de servicios jurídicos. In: NAVAS NAVARRO, Susana (dir.). **Inteligencia artificial, tecnología, derecho**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2017. p. 123-150.

OST, François; KERCHOVE, Michel van de **El sistema jurídico entre orden y desorden**. Madrid: Servicio publicaciones Facultad Derecho, 1997.

PARKER, Christine and HOWE, John. Ruggie's diplomatic project and its missing regulatory infrastructure. In: MARES, Radu (ed.). **The UN guiding principles on business and human rights: foundations and implementation**. Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2012. p. 273-301.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Comunicação da comissão ao parlamento Europeu, ao conselho e ao comitê econômico e social Europeu**: segunda revisão regulamentar relativa a nanomateriais. Bruxelas: [s. l.], 2012.

DARNACULLETA I GARDELLA, Mercè. Autorregulación regulada y medio ambiente: el sistema comunitario de ecogestión y auditoría ambiental. In: PARDO, José Esteve (coord.). **Derecho del medio ambiente y administración local**. 2. ed. Madrid: Fundación Democracia y Gobierno Local, 2005. p. 325-344.

DELMAS-MARTY, Mireille. **Por um direito comum**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DIAZ, Miguel Román. La normalización técnica como obstáculo al comercio internacional: precisiones conceptuales básicas para discernir el problema. **Ciencias Económicas**, [s. l.], v. 29, n.1, p. 319-330, 2011.

DÍEZ, Carlos Gómez-Jara. **A responsabilidade penal da pessoa jurídica e o dano ambiental**: a aplicação do modelo construtivista de autorresponsabilidade à Lei 9.605/98. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

ENGELMANN, Wilson; BERGER FILHO, Airton Guilherme. As nanotecnologias e o direito ambiental: a mediação entre custos e benefícios na construção de marcos regulatórios. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 59, p. 50-91, jul./set. 2010.

GARDELLA, M. M. D. **Autorregulación y derecho público**: la autorregulación regulada. Madrid: Marcial Pons, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Ética y Política de la Nanotecnología**. Paris: UNESCO, 2007. Disponível em: unesdoc.unesco.org/images/0014/001459/145951s.pdf. Acesso em: 19 jan. 2018.

UNIÃO EUROPÉIA. Recomendação da comissão de 18 de outubro de 2011 sobre a definição de nanomaterial. **Jornal Oficial da União Europeia**, [s. l.], v. 54, p. 38-40, out. 2011. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/JOHtml.do?uri=OJ%3AL%3A2011%3A275%3ASOM%3APT%3AHTM>. Acesso em: 19 jan. 2018.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Mercado Financeiro e de Capitais e Economia Internacional

Semestre: 2019/1

Carga horária: 30 - Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112161

Professor: João Zani

EMENTA

Análise dos aspectos jurídicos relativos ao mercado financeiro e de capitais, propiciando um maior conhecimento sobre o ambiente no qual se situa a empresa em suas relações internas e externas, com vistas a desenvolver as competências necessárias para saber atuar nos âmbitos consultivo e contencioso da advocacia empresarial e atividades afins. Teorias do Comércio Internacional: das vantagens absolutas de Adam Smith à nova Teoria do Comércio

Internacional. Teoria e Prática da Política Comercial. O Multilateralismo e a Estrutura de Comércio administrada pela Organização Mundial de Comércio (OMC). Blocos Econômicos: teoria, mensuração e evidência. Balanço de Pagamentos e Câmbio. O Setor Externo da Economia Brasileira.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Mercado financeiro e de capitais o Fundamentos. Sistema Financeiro Nacional o Mercados monetário, de crédito, de capitais, e cambial
- Multilateralismo e Comércio Internacional
- Teorias de Comércio Internacional
- Balanço de Pagamentos o Blocos econômicos, Mercosul o Organização Mundial do Comércio - OMC

AVALIAÇÃO

20% Participação em Sala de Aula.

80% Estudos de Caso / Apresentação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KERR, Roberto. **Mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Pearson, 2011.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice; MELITZ, Marc J. **Economia internacional**. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2015.

YAZBEK, Otávio. **Regulação do mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Elsevier, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

APPLEYARD, D.; FIELD, A.; COBB, S. **Economia internacional**. Porto Alegre: AMGH, 2010.

BACHA, Edmar. **Estado da economia mundial desafios e respostas: seminário em homenagem a Pedro Malan**. Rio de Janeiro LTC. 2015.

EIZIRIK, Nelson *et al.* **Mercado de capitais: regime jurídico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

FUND, International Monetary. **Balance of payments and international investment position manual**. Washington: International Monetary Fund, 2009.

LOSS, Louis; SELIGMAN, Joel. **Fundamentals of securities regulation**. 5. ed. New York: Aspen Publishers, 2004.

PROENÇA, José Marcelo Martins. **Insider trading: regime jurídico do uso de informações privilegiadas no mercado de capitais**. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

QUIROGA MOSQUERA, Roberto (coord.). **O direito tributário e o mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Dialética, 2010.

SZTAJN, Rachel. **Sistema financeiro: entre estabilidade e risco**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SZTAJN, Rachel; FRANCO, Vera Helena de Mello. **Manual de direito comercial e mercado de valores mobiliários**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Metodologia para a Análise e Resolução de Casos

Semestre: 2019/1

Carga horária: 30 - Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112152

Professor: Wilson Engelmann

EMENTA

Paradigmas de Pesquisa em Direito; Projetos de Pesquisa (Estrutura, processo de desenvolvimento e critérios de qualidade); Métodos de Pesquisa: A pesquisa experimental, a pesquisa Survey, o Estudo de Caso, a Pesquisa-Ação, a Etnografia, Legal analysis and writing: how to read and brief a case and how to draft a memorandum (a experiência americana); Técnicas de coleta de dados; Técnicas de análise de dados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Pesquisa jurídica e suas características aplicadas ao Mestrado Profissional; etapas da construção de projeto de pesquisa; modelos e estruturas de Trabalho de Conclusão; metodologia da pesquisa jurídica, com ênfase na pesquisa empírica; estruturação e escrita de textos a partir da experiência jurídica americana.

AVALIAÇÃO

Participação qualificada nas aulas; apresentação de seminário e entrega de relatório de leituras e a elaboração do Projeto de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

EPSTEIN, Lee; KING, Gary. **Pesquisa empírica em direito**: as regras de inferência. São Paulo: Direito GV, 2013. Disponível em: file:///D:/Desktop/Pesquisa_empirica_em_direito.pdf Acesso em 14 jan. 2018.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

PARGENDLER, Marlana; SALAMA, Bruno Meyerhof. Direito e consequência no Brasil: em busca de um discurso sobre o método. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 262, p. 95-144, jan./abr. 2013.

SIEMS, Mathias M. and SÍTHIGH, Daithí mac. Mapping Legal Research. **The Cambridge Law Journal**, [s. l.], v. 71, p. 651-676, 2012.

SILVERMAN, David. **Interpretação de dados qualitativos**: métodos para análise de entrevistas, textos e interações. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

WELLFORD, Robin S. **Legal analysis and writing**. [S. l.]: Lexis-Nexis Electronic Authors, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABERNATHY, Charles F. **Law in the United States**. New York: Thomson West, 2006.

BACHARACH, S. B. Organizational theories: some criteria for evaluation. **Academy of Management Review**, New York, v. 14, n. 4, p. 496-515, 1989.

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de aula invertida**: uma metodologia ativa de aprendizagem. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

BROWN, Tim. **Design thinking**: uma metodologia ponderosa para decretar o fim das velhas ideias. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

COLLIS, H.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CRESWELL, J. W. **Research design**: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. Thousand Oaks: Sage Publication, 2003.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 64-89.

HOECKE, Mark Van. **Methodologies of legal research**: which kind of method for what kind of discipline?. Oxford: Hart Publishing, 2013.

LAMY, Marcelo. **Metodologia da pesquisa jurídica**: técnicas de investigação, argumentação e redação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

Morin, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

O'REALLY-KELLY, S. W.; VOKURKA, R. J. The empirical assessment of construct validity. **Journal of Operations Management**, Amsterdam, v. 16, p. 387-405, 1998.

SCHWAB, D. P. A model of empirical research. *In*: SCHWAB, D. P. **methods for organizational studies**. Mahwah: L. Erlbaum Associates, 1999. p. 13-28.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZABALA, Filipe Jaeger; SILVEIRA, Fabiano Feijó. Jurimetria: estatística aplicada ao Direito. **Revista Direito e Liberdade**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 87-103, jan./abr. 2014.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Tópicos Especiais I - Contabilidade para o Profissional do Direito

Semestre: 2019/1

Carga horária: 15h/a Créditos: 1

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112169_T06

Professor: Clóvis Antônio Kronbauer

EMENTA

A disciplina aborda a Contabilidade, a Informação Contábil e Metodologia Contábil. Nela se estuda a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis e as técnicas de análise das mesmas. Também aborda aplicações da contabilidade e suas interações multidisciplinares.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Contabilidade: Conceito, objeto, objetivos, funções na empresa
2. Informação Contábil: Pressupostos e Características
3. Metodologia Contábil: O método contábil
4. Demonstrações Contábeis e sua estrutura:
 - a. Balanço Patrimonial
 - b. Demonstração de Resultados
 - c. Notas Explicativas
 - d. Demais Demonstrações: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionados
5. Análise das Demonstrações Contábeis
 - a. Análise Horizontal e Vertical
 - b. Indicadores Financeiro e Econômicos
 - c. Estrutura Financeira da Empresa
6. Aplicações da contabilidade e interações multidisciplinares com o direito:
 - a. Perícia Contábil: Cível, trabalhista e fiscal
 - b. Auditoria e Controles Internos
 - c. Contabilidade Tributária e Auditoria Fiscal

d. Sistema de Informação Contábil

OBJETIVOS

Propiciar aos participantes conhecimentos sobre a contabilidade como instrumentos de apoio a gestão e suporte às diversas áreas da empresa, por meio do estudo e da análise das demonstrações contábeis. Propiciar a compreensão da contabilidade e sua interação multidisciplinar com conexas ao direito.

METODOLOGIA

- Aulas expositivas e dialogadas
- Apresentação de exemplos e casos práticos
- Seminários elaborados e apresentados pelos alunos

AVALIAÇÃO

- Participação e assiduidade
- Desempenho em apresentações de seminários
- Resolução de exercícios e estudos de caso

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ATTIE, William. **Auditoria**: conceitos e aplicações. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

BORGES, Humberto Bonavides. **Auditoria de tributos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GELBCKE, Ernesto Rubens *et al.* **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Curso de contabilidade para não contadores**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MAGALHÃES, Antonio de Deus Farias. **Perícia contábil**: uma abordagem teórica, ética, legal, processual e operacional. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MATARAZZO, Antonio Carmine. **Análise financeira de balanços**: abordagem básica e gerencial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVESE, Clóvis Luis; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Análise das demonstrações financeiras**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Tópicos Especiais I – Arbitragem Internacional

Semestre: 2019/1

Carga horária: 15h/a Créditos: 1

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112169_T01

Professor: Dr. Francesco Zappalà Sasto

EMENTA

Estudo da evolução da arbitragem, suas características em um cenário nacional e a sua projeção atual para o contexto internacional, como forma de resolução contemporânea de resolução de conflitos. O estudo das fontes da arbitragem internacional, a caracterização da ordem pública e a arbitrabilidade. O papel da *Lex Arbitri* e o papel da chamada deslocalização da arbitragem internacional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- História e conceituação da arbitragem internacional
- Fontes da arbitragem internacional
- Ordem pública e arbitrabilidade
- "Lex Arbitri"
- Deslocalização da arbitragem internacional

AValiação

Participação qualificada nas aulas e entrega de relatório de leituras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONZÁLEZ DE COSSÍO, Francisco. Orden público y arbitrabilidad: duo dinámico del arbitraje. Revista Auctoritas Prudentium,, n. 1. p. 01-21, 2008.

RODRIGUEZ, Jinyola. Tendencias Actuales del Derecho Privado. ZAPPALÀ, Francesco. Due process em el arbitraje internacional. 1ed. p. 249- 262. Bogotá, Colômbia. Out. 2011.

ZAPPALÀ, Francesco. Normatividad procesal aplicable em el arbitraje internacional. Criterio Juridico, vol 13, n. 1, p. 121-140, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ROZAS, José Carlos Fernández. El arbitraje comercial internacional entre la autonomía, la anacionalidad y la deslocalización. **Revista Española de Derecho Internacional**, [s. l.], v. 57, p. 605-637, 2005.

ZAPPALÀ, Francesco. Auténtico orden público internacional desde la óptica del arbitraje internacional. **Revista de Derecho Público**, [s. l.], n. 34, p. 01-25, jun. 2015.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Tópicos Especiais II – Intercâmbio Acadêmico

Semestre: 2019/1

Carga horária: 30h/a Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112170_T07

Professor: Dr. Wilson Engelmann

EMENTA

Viagem internacional para uma semana de estudos junto à Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Direito Constitucional Portuguesa
- Direito da União Europeia e reflexos no Direito interno
- Direito do Trabalho
- Direito Empresarial Português
- Centro de Arbitragem Administrativa
- Direito do Consumo
- Responsabilidade civil
- Análise Econômica do Direito e Contratos
- Visita técnica ao Tribunal Constitucional de Portugal; ao Centro de Arbitragem Administrativa e ao Escritório de Advocacia *Caiado, Guerreiro e Associados*, que tem atuação nos diversos países da União Europeia.

AVALIAÇÃO

Participação qualificada nas aulas e entrega de relatório sobre as atividades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOUVEIA, Jorge Bacelar. **Manual de direito constitucional**. Lisboa: Almedina, 2018.
v. 1 e 2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOUVEIA, Jorge Bacelar. **Direito constitucional de língua portuguesa: caminhos de um constitucionalismo singular**. Lisboa: Almedina, 2012.